

Mestre na luta e na vida

Na tarde do dia 20 de janeiro deste ano, falecia no hospital Albert Einstein a professora Lígia Marcondes Machado, do Instituto de Psicologia da USP e ex-primeira Secretária da Adusp, gestão 93/95. Atuante no movimento sindical docente, Lígia fez inúmeros amigos. Um desses amigos foi Lucio Benedito da Silva, funcionário do MAC e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP. A seguir, trechos de um artigo de Lucio, publicado originalmente no *Jornal do Sintusp*.



"Tive a oportunidade de conhecê-la não só como diretor do Sintusp, nas reuniões, mas também em longos bate-papos em sua sala, na Psico. A Lígia, enquanto pessoa e militante sindical, mantinha a serenidade em suas posturas, nas polêmicas e divergências. Em contato na sua fase de enfermidade, que a mantinha a maior parte do tempo afastada da universidade, mostrava-se lúcida, tranquila e extremamente consciente.

A Lígia é a melhor tradução do ser humano, o único a ser portador de esperança; ela era extremamente esperançosa. Viva a Lígia! Sempre eterna e viva em cada um que teve a oportunidade de conviver com ela. A Lígia não só deixa saudades, mas acima de tudo esperança".

Reitoria investe contra Adusp com base na Lei de Imprensa

A reitoria da USP está se apegando à Lei de Imprensa, um dos últimos resquícios do regime militar, para representar junto ao Ministério Público (MP) contra a Adusp, na pessoa de seu presidente, Marco A. Brinati. O reitor Flávio Fava de Moraes apoiou-se no artigo 40 da referida lei por dizer-se ofendido com trechos de matéria paga publicada na *Folha de S. Paulo*, em 15 de julho do ano passado durante a campanha de data-base, assinada pela Adusp.

Sob o título "Reitor da USP rompe compromisso" o texto retrata um encontro mantido por Fava de Moraes com cerca de 60 docentes da

universidade. Segundo a representação encaminhada ao MP, o reitor teria se sentido ofendido com o trecho que diz: "o reitor, portanto, mentiu demonstrando seu descompromisso com o principal capital da USP: seus recursos humanos".

A matéria mostrava que Fava de Moraes havia se comprometido em reabrir negociações de data-base no dia 10 de julho do ano passado e não o fez. Na data marcada realizou-se uma reunião técnica. Os reitores das universidades estaduais paulistas não compareceram ao encontro.

Pág. 12

Eleições Gerais na Adusp

Em maio haverá eleição para a diretoria e para o Conselho de Representantes da Adusp - S.Sind. Abaixo a relação das unidades que deverão eleger conselheiros:

São Paulo: ECA, Enfermagem, Educação Física, FAU, Farmácia, Direito, Educação, Medicina, Veterinária, Odonto, Saúde Pública, HU, Biociências, ICB, IEB, Geociências, Oceanográfico, Psico, Química, MAC, MAE, MP e MZ.

Ribeirão Preto: Enfermagem, Farmácia, FEA, Filó e Odonto

São Carlos: Engenharia, Matemática, Física e Química

Piracicaba: ESALQ

Pirassununga: FZEA

Em breve estará sendo publicado o edital convocando as eleições e estabelecendo o respectivo calendário eleitoral.

Hospital Universitário

Você deve ter percebido, ao preencher os formulários de Cadastramento de Usuários do SISUSP que, de acordo com a Portaria GR3036/96, cônjuges não podem mais ser incluídos como dependentes, caso possuam vínculo empregatício. A Adusp está enviando abaixo-assinado às unidades, reivindicando a revogação desta portaria. Caso você deseje assiná-lo, contate o representante de sua unidade ou a Adusp. Sua manifestação é fundamental para mudar isso!

Contratos Precários

Cumprindo deliberação da Assembléia Geral e do Conselho de Representantes da Adusp, a diretoria encaminhou ofício à Reitoria solicitando audiência com o professor Flávio Fava de Moraes para informá-lo sobre os resultados do plebiscito realizado pela entidade em novembro do ano passado. A audiência, agendada pela reitoria para o dia 8 de abril, também tem como propósito discutir os encaminhamentos referentes à regularização dos contratos precários.

O orçamento da USP em 97 e o espaço para reajuste salarial

A data-base dos docentes e funcionários da USP, Unicamp e Unesp, em 96, foi marcada por uma greve que durou um mês. Apesar da mobilização, o reajuste ficou em 7,63%, não cobrindo sequer a inflação do período. Este ano, o Fórum das Seis Entidades está organizando o movimento para conquistar não só a inflação como as perdas que não foram repostas na última data-base.

Neste mês em que iniciamos a discussão de nossa pauta de reivindicações para a data-base, é oportuno examinar o orçamento da USP para este ano, lembrando, inicialmente, as lutas travadas para garantir os recursos nele previstos.

Em maio e junho de 96, houve um árduo trabalho de estudantes, funcionários e docentes das três universidades públicas estaduais, junto à Assembléia Legislativa, por ocasião da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997. Mercê dessa pressão, evitou-se que fosse aprovado o congelamento parcial das verbas para 1997 proposto pelo executivo, sendo garantido o repasse de 9,57% da quota-parte estadual na arrecadação de ICMS.

Em setembro de 96 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Complementar

nº 87 que implica a renúncia de parte da arrecadação de ICMS, com a desoneração das exportações e de bens de ativo fixo. No entanto, o Governo Federal ficou obrigado a repassar aos estados e municípios, em 1997, montante igual ao da renúncia fiscal.

No projeto de Lei Orçamentária encaminhado à Assembléia Legislativa, no fim de setembro passado, o governo Covas aplicava o percentual de 9,57% apenas sobre quota-parte estadual de ICMS, ignorando a transferência do governo federal por conta da renúncia fiscal. Para reverter esta perda, da ordem de 5%, novamente se mobilizou o Fórum das Seis, solicitando aos partidos com representação na Assembléia Legislativa que apresentassem emendas à Lei Orçamentária. A Lei Orçamentária para 1997, aprovada em

12/12/96, contemplou parcialmente esta reivindicação. No caso específico da USP, a dotação orçamentária passou de R\$ 835.161.634,00 para R\$ 871.950.134,00; pouco mais de metade do aumento correspondeu a uma mudança na previsão de arrecadação de ICMS.

Em 17/12/96, o Conselho Universitário da USP se reuniu para votar o orçamento da universidade para 97. A diretoria da Adusp procurou a representação de docentes, funcionários e alunos no Conselho Universitário para discutir alterações no Orçamento proposto que aumentasse a reserva para reajuste de salários, levando em conta os avanços conseguidos na Lei Orçamentária. O objetivo era garantir não só que todo o aumento de dotação mas também parte dos recursos previamente destinados a

custeio e investimento fossem reservados para melhoria dos salários. O pressuposto para tal proposta é que a universidade dispõe de inúmeras fontes de recursos para custeio e investimento enquanto que a dotação fiscal é a única fonte para aumento coletivo de salários na universidade. Talvez por falta de tempo para aprofundar a discussão e convencer os conselheiros da importância de privilegiar uma recuperação salarial em 97, o resultado foi menos promissor do que o desejado: ficou estabelecido que o aumento da dotação será prioritariamente destinado ao reajuste dos salários.

Orçamento para 1997

O quadro, reproduzido do Jornal da USP (edição nº 376) mostra a previsão orçamentária para a USP em

Distribuição Geral dos Recursos a serem recebidos pela USP do Tesouro do Estado de São Paulo

Alineia	R\$	%
Pessoal e reflexos		
Folha de pagamento		
Ativos	509.338.456	60,99
Inativos	170.776.988	20,45
Sub-total - Folha de Pagamento	680.115.444	81,44
Precatórios	12.000.000	1,43
Reserva de Ajuste	39.000.000	4,67
Sub-total - Pessoal	731.115.444	87,54
Outros custeios e investimentos ou capital	101.043.948	12,10
Reserva não alocada	1.000.000	0,12
Reserva de contingência	2.002.262	0,24
Total	835.161.654	100,00

Fonte: Jornal da USP



Em 96, assembléia da Adusp decide pela paralisação

Daniel Garcia

1997, sem incluir o aumento de R\$ 36.788.500,00 por meio de emendas ao projeto de Lei Orçamentária. Cabe destacar que, nos gastos com Pessoal e Reflexos, não está prevista nenhuma recomposição salarial; recursos para tal finalidade devem vir da Reserva de Ajuste.

A partir do quadro orçamentário mencionado, as seguintes observações podem ser feitas:

1) O valor médio previsto para a folha de pagamentos da USP é igual a 680.115.444 / 13,33 R\$ 51.000.000,00;

2) Se a reserva de reajuste for utilizada exclusivamente para reajuste salarial de data-base, as folhas de pagamento de maio a novembro e o 13º terão um acréscimo médio de R\$ 39.000.000,00/8 = R\$ 4.875.000,00;

3) Conclui-se, por conseguinte, que o índice de reajuste de data-base ficaria limitado a 4.875.000/51.000.000 9,6%;

4) Se os R\$ 36.788.500,00 adicionais fossem totalmente destinados ao aumento de salário, seria possível a concessão de um reajuste de 18,6%.

É oportuno lembrar ainda que as universidades estaduais paulistas receberam, no início deste ano, resíduos de suas dotações fiscais de 1996. Tais recursos eram devidos porque, conforme denunciávamos repetidas vezes, a Secretaria da Fazenda, na aplicação da LDO/96, comparou as arrecadações de ICMS de 95 e 96, mês a mês, em lugar de compará-las no acumulado.

Com esta dotação adicional, o reajuste salarial de data-base poderá superar os 20%.

Mas, o reajuste poderá ser maior ainda se parte dos recursos previstos para custeio e investimento for realocado para a folha de pagamento. É isto que é amplamente justificável não somente porque é hora de recompor o poder aquisitivo dos salários mas também porque a universidade

dispõe de fontes alternativas para custeio e investimento.

Parâmetros para definição da reivindicação salarial de data-base

Os salários nas universidades públicas estaduais sofreram uma violenta desvalorização desde janeiro de 89, ponto de partida da autonomia dessas instituições. A reconquista do poder aquisitivo de janeiro de 89 continua como bandeira do movimento, mas deve ser construída de maneira escalonada. Desta forma, é importante colocar algumas informações para definição da reivindicação salarial de data-base.

Se partirmos da negociação salarial de 96, em que nem as perdas do período de maio de 95 a maio de 96 foram repostas, conforme o próprio Cruesp reconheceu, podemos definir um primeiro parâmetro para nossa reivindicação. A inflação acumulada de janeiro de 95 a fevereiro de 97 atinge 40%, de acordo com o ICV/Dieese e neste período houve apenas um reajuste de 7,63%. Portanto, sem incluir a inflação de março, abril e maio de 97, seria necessário um reajuste de 30% para recuperar o poder aquisitivo de maio de 95.

Considerando ainda o ICV/Dieese como deflator, o salário atual de um MS-3 em RDIDP está reduzido a 38% de seu valor real em janeiro de 89. Isto explica porque a flexibilização do RDIDP e outras formas de complementação salarial, quase todas elas prejudiciais aos objetivos de uma universidade pública e de qualidade, passaram a se tornar regra, antes que exceção como outrora, na universidade. Portanto, para defender concretamente a universidade, não podemos ignorar as perdas passadas e devemos perseguir uma política de recuperação gradual dos salários reais, mantendo janeiro de 89 como referencial.

Operários cercam a reitoria da USP

Alexandro Nohara/Jornal do Campus



Operários da Link concentram-se em frente à reitoria da USP

Durante cinco horas, a reitoria da USP foi cercada por operários que protestavam contra a empreiteira Link. A empresa atrasou o pagamento e não forneceu alimentação no refeitório instalado na Cidade Universitária. Apesar de as obras terem sido contratadas pela USP, sob responsabilidade da Fundusp, a vice-reitora se negou a receber os operários.

Cerca de 100 operários da Link Construções, sub-contratada da empreiteira Souza Galasso, protestaram na reitoria da USP, dia 14 de março, pelo atraso no pagamento dos salários e a falta de alimentação no refeitório do canteiro de obras instalado na Cidade Universitária. Eles trabalham em obras que estão sendo feitas no Instituto de Psicologia, na Faculdade de Odontologia e na Veterinária. Os operários bloquearam as entradas da reitoria, após negativa da vice-reitora, Myriam Krasilchik, em recebê-los.

Diretores do Sintusp e o presidente da Adusp, Marco Brinati, foram chamados pelos operários para tentar sensibilizar a vice-reitora da USP para os problemas que eles estavam enfrentando. A vice-reitora se negou a receber

uma Comissão integrada por representantes dos operários, Adusp e Sintusp, sob alegação de que "a reitoria nada tinha a ver com o assunto" e recomendou que se procurasse o prefeito do campus, professor Antonio Rodrigues Martins, responsável pela contratação das obras. Como o prefeito não foi localizado, os operários decidiram não permitir a entrada ou saída de pessoas na reitoria.

No final da tarde, o problema foi solucionado pela empreiteira Souza Galasso, que assumiu diretamente o pagamento dos operários. Paulo Fernando, funcionário da USP e gerente do contrato com a Souza Galasso, informou que a universidade está em dia com os pagamentos da empreiteira. O problema se deu com a empresa terceirizada pela Galasso, afirmou Fernando.

Além de denunciar atrasos frequentes nos salários e a falta de alimentação no refeitório da empreiteira na Cidade Universitária, os operários alegam falta de equipamentos de segurança e registro em carteira. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil está acionando a Justiça do Trabalho para apurar as irregularidades. Na semana seguinte à manifestação, a empreiteira Souza Galasso informou que estava rompendo o contrato com a Link e afastando-a das obras na Cidade Universitária.

Conquistas democráticas perdem terreno na USP

Durante muitos anos, professores, funcionários e estudantes da USP lutaram para alterar as antigas estruturas rigidamente hierárquicas e autoritárias da universidade. Apesar de não terem sido incorporadas ao estatuto, várias dessas práticas, mesmo que informais, passaram a ser respeitadas e são consideradas saudáveis dentro da universidade. Em três situações recentes, no entanto, essas conquistas foram praticamente relegadas ou enfraquecidas, não por algum golpe ditatorial violento, mas por apatia e desinteresse da própria comunidade em mantê-las vivas.

No início deste ano, a Congregação da Escola de Comunicações e Artes, junto com os representantes dos conselhos departamentais e das comissões, aprovou e encaminhou ao reitor da USP o nome do professor Tupã Gomes Corrêa, do Departamento de Relações Públicas, candidato único no processo interno de consulta à comunidade para a escolha da nova diretoria da escola.

Pela quarta vez consecutiva, professores, estudantes e funcionários, participam de eleições diretas para a escolha do diretor, uma conquista democrática da ECA ainda não contemplada nos estatutos da universidade. Ao contrário das eleições anteriores, em que ocorreram disputas entre candidatos, este ano apenas o professor Tupã se inscreveu.

O clima de apatia existente na ECA pode ser verificado não apenas na ausência de mais candidatos no processo de consulta, como também no baixo percentual de participação na eleição, realizada dia 21 de novembro. De um total de 2.297 eleitores (professores, funcionários e alunos), apenas 431 (18,76%) votaram. Entre os 225 professores, o candidato único recebeu 64 votos (28,44%). Entre os 290 funcionários, recebeu 147 votos (50,68%). E entre os 1.782 alunos, recebeu 154 votos (8,64%).

Alguns professores consideram que, além da apatia e eventual desinteresse pelo cargo de diretor, a ausência de disputa no processo eleitoral está relacionada com a norma estatutária, que exige candidatos da categoria titular e impede a indicação de outras categorias. Como o número de professores titulares é reduzido, e muitos estão próximos da aposentadoria, a exigência acaba sendo uma forte restrição à participação de professores mais atuantes e interessados no futuro da escola.

Embora o candidato único tenha seguido fielmente o ritual da democracia interna da ECA, e apresentado suas propostas em debates com a comunidade, seu nome não foi aceito passivamente entre os alunos. Essa resistência fez circular no campus cópias de recortes de jornais antigos, nos quais o professor Tupã Gomes Corrêa é citado como colaborador da ditadura militar na universidade.

No entanto, mesmo entre os professores que têm restrições ao atual diretor da ECA, predomina a tendência de respeito ao processo de escolha.

Mais recentemente, na eleição de vice-diretor, rompeu-se a tradição da ECA de respeitar-se a consulta à comunidade. Dos três indicados pelos professores, estudantes e funcionários, o Colégio Eleitoral

optou pelo terceiro, tendo inclusive incluído um nome que não constava da listagem original. Apesar dos protestos dos alunos, o reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, deu posse ao professor Waldenyr Caldas.

Eleição do IME

A escolha dos representantes do Instituto de Matemática e Estatística junto ao Conselho Universitário, realizada em novembro, provocou divergências entre os professores sobre o processo de eleição. A chapa formada pelos professores Iole Freitas Druck e Daciberg Lima Gonçalves defendeu consulta à comunidade, com voto direto de todos os professores (sem distinção de categoria), inscreveu-se para a eleição, apresentou e debateu suas propostas e recebeu 83 dos 87 votos depositados na urna (51,78% do colégio eleitoral de 168 professores).

A chapa formada pelos professores Carlos Humes Júnior e Cláudio Possani defendeu que a consulta fosse feita pelo voto diferenciado das várias categorias, não se inscreveu na disputa eleitoral junto à comunidade, se apresentou na reunião da Congregação e foi eleita por 13 dos 22 votantes (diretoria, chefes dos departamentos e das comissões estatutárias, e representantes das categorias de professores, dos

funcionários e dos alunos).

O fato de a Congregação não ter referendado o resultado da consulta direta à comunidade surpreendeu os participantes desse processo, já que nas três eleições realizadas anteriormente as consultas foram respeitadas. Para o professor Daciberg Lima Gonçalves, "a Congregação quebrou uma tradição de democracia interna, contrariando o compromisso que havia com a eleição direta".

O representante do IME na Adusp, professor Pedro Aladar Tonelli, que coordenou o processo de consulta à comunidade, considera a decisão da Congregação "um desrespeito à vontade da maioria dos professores e, mais grave ainda, revela a existência de uma articulação escondida para se conseguir as coisas numa instância mais fechada".

Já o professor Carlos Humes Júnior, novo representante do IME no CO, disse que "a diferença fundamental entre as chapas está associada a um ponto muito discutido em nosso instituto: a questão da melhor forma de tomada de decisão dentro da universidade". Ele explicou que a sua chapa posicionou-se claramente em "reconhecer a Congregação como fórum válido para a tomada de decisões", na medida em que reúne representantes eleitos das várias categorias de professores e dos vários órgãos acadêmicos.

Andes prioriza união dos trabalhadores e defesa da universidade pública

O XVI Congresso da Andes, realizado em João Pessoa (PB), definiu a luta contra a privatização da universidade brasileira e a participação nas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) como prioridades para este ano. Além disso, aprovou o Fundo de Solidariedade, no valor de 1% da arrecadação mensal das Associações Docentes, com o propósito de subsidiar diretores do sindicato em caso de demissão. O Congresso aprovou, ainda, uma nova política de comunicação para o sindicato. Esta nova política prevê o desdobramento da Agência Andes de Notícias em dois núcleos: um de geração da informação e outro de circulação e distribuição. A revista Universidade e Sociedade será reformulada e passará a circular a cada quatro meses. Anteriormente a revista era distribuída semestralmente.

A Adusp participou do encontro com sete delegados eleitos em assembléia: Arthur Mattos, Florêncio Cavalcanti Neto, Iraci Palheta, Jair Borin, Líghia Matsushigue, Osvaldo Coggiola e Tania Celestino de Macedo.

Movimento sem-terra

Uma das decisões do Congresso já surtiu efeito. O setor das federais, reunido em 30 de março, propôs greve para 17 de abril, dia em que a marcha dos trabalhadores sem-terra chegará a Brasília para exigir rapidez na implantação da reforma agrária no país. O eixo desta paralisação terá como tema "Terra, emprego e educação". As Associações Docentes liga-

das à Andes deverão articular caravanas para participar do encerramento da marcha dos sem-terra.

O coordenador estadual do MST na Paraíba, Daniel Rocha, esteve presente ao Congresso da Andes, onde afirmou que o governo federal está apagando incêndios, resolvendo apenas conflitos localizados. Para ele, o governo mente quando fala das metas de assentamento. "O governo diz que assentou 60 mil famílias em 96, quando este número não passa de 25", afirmou Daniel Rocha.

Privatização

A privatização da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e a possibilidade de o mesmo vir ocorrer com as estaduais do Paraná serviram de pano de fundo para o debate sobre a privatização das universidades públicas brasileiras. Esta ameaça foi debatida não só no Congresso da Andes, mas também na Assembléia Legislativa da Paraíba (AL), em sessão especial realizada no dia 28 de fevereiro.

Com a presença de aproximadamente 70 pessoas, a sessão foi marcada pela polêmica em torno do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 370), do governo federal, que prevê a privatização do ensino superior. Docentes e os parlamentares presentes à sessão foram unânimes em defender a universidade pública.

Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes, disse que a administração antipopular e antisindical do governo Fernando Henrique não foi definido para o Brasil,

Eixos de lutas para este ano



Construir a greve geral dos trabalhadores.



Ampliar a participação da Andes na CUT, fortalecendo o movimento sindical classista autônomo.



Apresentar, quando necessário, projetos de lei e alterações na legislação vigente, para ampliar os espaços de uma ação democrática comprometida com os interesses da maioria da população brasileira, principalmente nas questões pertinentes à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.



Trabalhar as questões específicas da categoria e combiná-las com as lutas gerais da sociedade, ocupando todos os espaços, seja dentro ou fora das instituições, com o objetivo de avançar na divulgação do Projeto Andes para a Universidade Brasileira.



Rejeição do projeto neoliberal do governo e defesa da democracia na construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

mas elaborado com base em modelos de outros países. Segundo ela, a privatização será um desastre para o Brasil. O senador Ney Suassuna (PMDB/PB) —presente à sessão da AL— olímpicamente afirmou que "um país que cuida da educação, cuida do seu futuro. Durante a sessão especial da AL da Paraíba, a Andes fez o lançamento da revista Universidade e Sociedade, número 12.

As entidades ligadas às instituições de ensino federal e estaduais já manifestaram suas posições contrárias a qualquer ação que possa levar à privatização da universidade pública. A As-

sociação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba lançou a campanha "Só um burro aceita a privatização da universidade" e a Adusp vem apoiando a luta dos professores da Unitins contra a privatização. Osvaldo Coggiola, vice-presidente da Adusp esteve em Palmas, capital do Tocantins, participando de encontros que tentavam reverter a privatização daquela universidade estadual.

Como forma de reforçar a luta contra a privatização, o XXXIV Conad (Conselho Nacional das Associações Docentes) será realizado na cidade de Palmas, Tocantins.

Nova LDB interfere na autonomia das universidades estaduais

Representante docente no Conselho Universitário e professora do Departamento de História, Zilda Iokoi, analisa as implicações da nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) na estrutura das universidades estaduais. Segundo ela, a nova LDB fere a autonomia das universidades, acaba com os departamentos, aumenta os dias letivos e a carga horária e acaba com os currículos mínimos.

O nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) interfere na autonomia das universidades estaduais?

Zilda - Em primeiro lugar é preciso destacar que a LDB não define o regime jurídico da instituição. Até então, as universidades estaduais gozam do estatuto jurídico de ser uma autarquia especial e, em sendo autarquia especial elas estariam sendo financiadas pelo poder público, podendo complementar suas verbas com serviços, convênios etc. Hoje não há, na Lei, nenhuma adjetivação, nem definição do tipo de instituição que as estaduais virão a ser. Isto é tão estranho que já existe uma proposta de emenda constitucional que define que as universidades seriam autarquias administrativas, e estas autarquias administrativas se transformariam em organizações sociais. Esse na verdade é o plano do Darcy Ribeiro de ir privatizando paulatinamente estas instituições. O segundo ponto é que a Lei remodela a estrutura da universidade; ela não define mais que a universidade será constituída de departamentos e institutos. Então, também há uma abertura absoluta e a universidade pode deixar de funcionar na estrutura departamental, por exemplo, e se transformar em grandes conglomerados ou voltar a cátedra. Ainda em relação à universidade, a Lei vai limitar enormemente a autonomia. Na época da votação da

Constituição havia uma PEC/233 (Proposta de Emenda Constitucional) que definia que a autonomia se definia mediante lei. Depois de todo movimento da comunidade, esse capítulo do artigo 207 caiu. Hoje se diz que a universidade tem autonomia administrativa, mas não diz que ela tem autonomia financeira, pedagógica e acadêmica. A LDB é neste momento miniconstitucional, porque ela restringe a autonomia que está plenamente definida no artigo 207 da Constituição. Ainda em relação à questão da universidade, a LDB altera o fluxo de trabalho didático: define que serão 200 dias letivos de trabalho, ao contrário dos 180 atuais. E mais, amplia o número de horas docência como limite mínimo de 6 horas para 8 horas semanais. Trata-se, como se pode notar, de uma intervenção bastante significativa.

Qual o real interesse do governo ao intervir desta forma na educação?

Zilda - O governo está interessado em, paulatinamente, deixar de financiar a universidade. O plano do ministro Paulo Renato estabelece um prazo de dez anos para que cada universidade pública tome conta de si mesma. Nessa perspectiva, cabe ao ministro ir desregulamentando as exigências do controle das concessões de serviço e do próprio funcionamento do complexo universitário que ele dirige. E mais, há um processo

de alteração enorme nos financiamentos da pesquisa; percebemos claramente que a pós-graduação não vai ser mais um elemento fundamental de regulação de crescimento geral do sistema. A pós-graduação pode virar um colégio bastante desigual. A idéia do governo federal é que, onde tiver as tais ilhas de excelência os pesquisadores individuais emergem e congregam-se com pesquisadores individuais de outras vias de excelência. Aí, então, montam um aparato da pesquisa separado da instituição e do ensino. Os grandes, pesquisadores de ponta, ficarão nos programas especialíssimos, financiados com verbas diretas da presidência da República ou do ministério. Estamos percebendo que aquele velho projeto Geres, que foi apresentado em 86 como um programa de reforma universitária, que diferenciava as universidades de pesquisa das universidades de ensino ganhou uma dimensão muito maior.

Por que os docentes não estão se mobilizando, não estão enfrentando o governo na discussão de alterações tão significativas?

Zilda - Acho que nós estamos num momento complicadíssimo: de um lado temos o movimento docente que, de certa maneira, fez uma luta e um enfrentamento muito sistemática e significativa em torno da LDB, em 88, e, de outro, a aprovação pelo Senado de uma LDB tão complexa

que tem inúmeros pontos de inconstitucionalidade. Temos, portanto, um conjunto de emendas inconstitucionais na LDB e o movimento docente calado. Tanto isso é verdade que no Congresso da Andes, realizado no final de fevereiro deste ano, em João Pessoa (PB), nada foi discutido em torno da LDB. O movimento docente está totalmente despreparado para enfrentar este problema enorme que mexe na estrutura da universidade, na estrutura funcional dos docentes, no regime de trabalho e nos programas das disciplinas. Percebemos que esta coisa vem se transformando em uma cascata enorme e o movimento docente está totalmente alheio a todo este complexo de coisas.

Algo ainda pode ser feito para alterar a Lei de Diretrizes de Bases da Educação?

Zilda - Acho que sim. A Adusp está organizando um grande debate para colocar em discussão estas questões. Este debate tem de resultar em propostas de reflexão sobre que pontos da LDB. O interessante é que, nas disposições transitórias se tem uma regulamentação complicada, porque em um ano nós temos que nos adaptar a lei. Então, estivemos com o deputado federal Ivan Valente (PT/SP), que nos trouxe cópia das propostas de alteração constitucional para fazer a regulamentação da LDB. O deputado Ivan Valente está discutin-

do com o movimento docente e que ele vai fazer no Congresso Nacional, e o mais provável é que se faça voto em separado em relação a autonomia universitária, uma vez que este é o ponto mais grave. A autonomia ficou muito prejudicada na LDB e vamos encetar algumas tentativas de pedir a inconstitucionalidade para esta lei.

A Reitoria e o Conselho Universitário da USP estão debatendo esta questão?

Zilda - Neste momento a reitoria está à frente do movimento docente e já realizou uma reunião extraordinária com os quatro conselhos (universitário, graduação, extensão e pesquisa) para discutir a LDB. Os problemas foram levantados pelos docentes que compareceram a este fórum e se definiu que a universidade vai envidar esforços para tentar, de fato, garantir a autonomia universitária. Agora, é preciso levar em consideração que a estrutura da universidade é muito lenta: reúne conselhos, faz documentos, reúne de novo para aprovar os documentos etc. Há que se ressaltar, no entanto, que a estrutura da universidade está preocupada com a questão da autonomia, mas não está na mesma proporção preocupada em solucionar os problemas que envolvem a sobrecarga de trabalho que tudo isso vai custar para a vida da universidade, ou seja a violência em relação a nossa possibilidade de pesquisa, de serviços etc.

Acho que os docentes nesse momento, vão reagir de uma forma muito mais preocupada do que já reagiram antes.

Essa agressão a que você se refere pode servir para canalizar forças que venham fazer o enfrentamento com o governo federal?

Zilda - Espero que sim. Estamos num momento de preparação da nossa data-base com uma estrutura orçamentária muito reduzida e no momento em que a administração central terá que exigir de nós mais trabalho. Acho que este é o momento fundamental de sentar e discutir o que é que vamos fazer. Eu disse na reu-

nião extraordinária do Conselho dos Conselhos Centrais que era preciso ter calma, porque havia uma proposta de mudar calendário. Eu disse para termos calma, porque tem muita coisa nesta conversa que não podem ser resolvidas dessa maneira. É evidente que vai ter que haver um redimensionamento das questões que envolvem a USP propriamente dita, porque no momento do pico mais baixo de salário dos últimos 20 anos, uma exigência de aumento da carga de trabalho sem uma contra partida de renovação criará o impasse.

Há que se ressaltar, no entanto, que a estrutura da universidade está preocupada com a questão da autonomia, mas não está na mesma proporção preocupada em solucionar os problemas que envolvem a sobrecarga de trabalho que tudo isso vai custar para a vida da universidade, ou seja a violência em relação a nossa possibilidade de pesquisa, de serviços etc.

Acho que os docentes nesse momento, vão reagir de uma forma muito mais preocupada do que já reagiram antes.

O ministro Paulo Renato, evidentemente, não é um desinformado. Ele já foi presidente reitor da Unicamp e secretário Estadual da Educação; portanto sabe quanto um professor trabalha, qual a responsabilidade que ele tem etc. O objetivo dele é meramente o de privatizar o ensino no país?

Zilda - Esse grupo que está no poder tem uma dimensão bastante clara de que o Estado não deve financiar o complexo universitário e até o segundo grau. Está preocupado, dizem, com o ensino fundamental, como se você pudesse, no sistema, separar uma das partes e dizer: "esta parte não adianta e não presta, as ou-

tras são mais importantes". Na verdade o que este grupo está fazendo é um projeto de absorver o pior do modelo norte-americano. Aquilo que a mídia entende. Se você pegar as universidades norte-americanas, basta pesquisar os documentos da Unesco ou do próprio Banco Mundial, 62% das verbas do complexo universitário norte-americanos vem do governo. As universidades são privadas, mas as verbas vêm do governo. Quem sustenta a pesquisa é o governo. É o que se quer fazer aqui. Não querem considerar o complexo inteiro; eles que-



políticas públicas sem o Estado. Então, você olha a social democracia em alguns países, que é de certa forma um modelo desse grupo que está no poder, e vê que ela conseguiu um espraiamento de direitos e de políticas públicas de massa muito efetivos. Então, há possibilidade, num certo momento, de refluir equilibradamente em algumas políticas. Aqui como se tem o Estado do mal estar, onde a maioria da população ainda não chegou minimamente nos direitos, se ocorrer o afastamento do Estado nesta dimensão, vai-se reproduzir a miséria e a exclusão social. Como um Estado desta natureza pode dizer que tem que se liberar das demandas de políticas públicas? É inconcebível uma coisa desta natureza.

São constantes as análises de que a universidade vem olhando, de a muito tempo, para o seu próprio umbigo. Esta interferência imposta pela LDB pode motivar uma reação nacional?

Zilda - Espero que sim. Há muito estamos falando que vivemos um momento gravíssimo. Acho que tentamos mobilizar as pessoas para acordar para estas questões e agora a situação se configurou de fato; quer dizer, agora podemos fazer movimentos grandes, porém já na defensiva, uma vez que é para questionar uma legislação que esta aprovada e que é muito mais difícil de ser alterada. Mas, o movimento da história é assim, você tem avanços e recuos e acho que este é um bom momento para fortalecer os ânimos para novos combates. Eu espero, francamente; que neste momento, com alterações tão próximas e imediatas a cada um de nós, que comecemos a fazer uma revisão crítica de tudo isso que estamos vivendo. E mais, muito mais, que criemos formas de enfrentamento mais radicais.

Considerações sobre a venda da Vale do Rio Doce

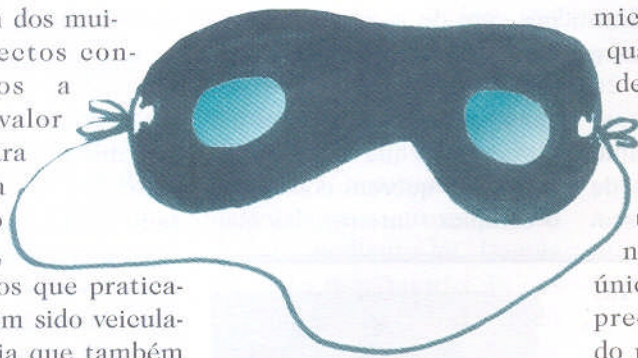
Ciro T. Correia

Para além dos muitos aspectos controversos a respeito do valor estipulado para a venda da Cia. Vale do Rio Doce, existem outros que praticamente não têm sido veiculados pela mídia que também deveriam ter sido objeto de divulgação e de reflexão por parte da sociedade antes de se decidir pela privatização desta empresa:

- Grande parte do sucesso da Vale no setor mineiro mundial se deve aos trabalhos contínuos de levantamento geológico básico e de prospecção e pesquisa mineral, que desde o final dos anos 70 tem sido desenvolvidos de forma significativa apenas por ela dentre os diferentes órgãos e empresas estatais, exceção feita à Petrobrás;

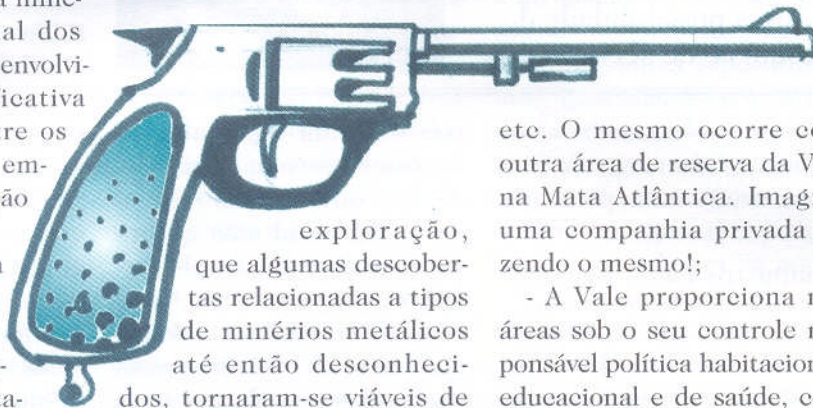
- A importância deste acervo de informações geológicas básicas e de interesse para o aproveitamento econômico do potencial mineral do país, assume então proporções de difícil avaliação e que deveriam permanecer públicos ao invés de passarem ao controle de um conglomerado de empresas de caráter privado;

- Também durante as últimas décadas, esta companhia dedicou grande esforço ao desenvolvimento de metodologias de prospecção de minérios metálicos em áreas tropicais e somente agora começa a colher os frutos deste desenvolvimento tec-



nológico. É em consequência desta tecnologia acumulada que começam, por exemplo, a se noticiar descobertas de novas jazidas de ouro na região de Carajás, no Pará;

- De forma similar, foi somente pelo desenvolvimento por parte da Vale, de novas tecnologias de extração e de



exploração, que algumas descobertas relacionadas a tipos de minérios metálicos até então desconhecidos, tornaram-se viáveis de serem exploradas economicamente.

- Para além do ouro, ferro, manganês, tungstênio, alumínio, cobre etc, que a Vale descobriu e tem descoberto, novas ocorrências de mineralizações de metais tão importantes como os chamados "EPG" elementos do Grupo da Platina (Ósmio, Irídio, Rutênio, Ródio, Platina, Paládio e Ouro) tem sido revelados em suas áreas (Diella et al., 1996), indicando claramente a necessidade de avaliação deste novo potencial econô-

mico para o país, antes de qualquer decisão a respeito de eventuais mudanças no regime de funcionamento desta empresa;

- A Vale do Rio Doce é uma das poucas companhias mineiras (se não a única) a atuar no país com preocupação de preservar, do ponto de vista ecológico, as áreas onde atua. Em particular na região de Carajás, uma área de floresta superior a 10.000 km², somente ainda existe por conta dos investimentos maciços feitos por esta companhia para preservá-la da ação predatória de madeireiros, caçadores, minerações clandestinas

etc. O mesmo ocorre com outra área de reserva da Vale na Mata Atlântica. Imagine uma companhia privada fazendo o mesmo!;

- A Vale proporciona nas áreas sob o seu controle responsável política habitacional, educacional e de saúde, com consequências diretas para o desenvolvimento das comunidades estabelecidas periféricas às atividades mineiras. Particularmente nas regiões onde atua na Amazônia, muitas vezes a única infraestrutura existente de serviços sociais na área de educação e saúde —com alguma qualidade— é provida pela companhia;

- Dado ao seu caráter público, a Vale tem financiado

maciçamente investimentos na construção de redes de saneamento básico, vias públicas, saúde e educação dos municípios atingidos por sua atividades, até então esquecidos pelos órgãos oficiais responsáveis por estas atribuições.

Todos estes motivos apontam para o fato de que a questão da privatização desta companhia ultrapassa os limites da discussão financeira sobre o seu valor patrimonial, em particular em um país como o nosso, tão desprovido de garantias de que os empreendimentos privados canalizarão os recursos devidos ao estado para que este venha a arcar com suas obrigações sociais.

Referência Bibliográfica:

DIELLA, V.; FERRARIO, A. e GIRARDI, V.A.V. - 1996 - Selected chromitites of the precambrian Brazilian Shield: bulk chemistry, PGE characterization and PGM inclusions. XXXIX Congr. Brasil. de Geologia, Salvador, 6:166-170.

Ciro T. Correia, é geólogo, professor do Instituto de Geociências da USP, e já esteve realizando levantamentos de campo na região de Carajás (PA).



Um blefe chamado Fapi

Ruy Brito

Com a aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto que cria o Fapi (Fundo de Aposentadoria Programada Individual), foi criado o primeiro passo para a mercantilização total da previdência social brasileira, conforme promessa a empresários, em Santiago do Chile, em maio de 95, do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Mercantilização, sim, porque o Fapi prioriza os lucros, como se a previdência fosse um negócio de risco. É a negação de uma previdência social digna desse nome. Além disso, é desnecessário e inadequado, seja como instrumento de complementação de aposentadoria, seja como estímulo à poupança interna.

Desnecessário e inadequado porque: a) não é por falta de instrumentos legais que a previdência básica vai mal, assim como a complementar, e b) não é por falta de fundos financeiros capitalizáveis, inclusive em contas individuais, que os níveis de poupança interna são baixos. Para a concessão de aposentadorias e de outros benefícios, até determinado teto, já existe a previdência básica pública. Que não cumpre suas finalidades porque é mal administrada, saqueada, caloteada, e discriminatória, com privilégios para os membros da "nomenclatura" e para os grandes empresários. Bastaria sanear-lá com medidas que extinguissem suas mazelas, o que não é feito porque o governo não quer, preferindo privatizá-la como querem os bancos e as seguradoras internacionais.

Para complementar os proventos da inatividade, já existe —conforme reconhece o parecer do relator aprova-

do na Câmara— a previdência complementar, sob regime de capitalização coletiva, administrada tanto por empresas mercantis (os fundos abertos), como por instituições sociais (os fundos fechados). Embora desconhecida, a complementação dos polpudos salários dos grandes empresários e o custeio de seus seguros e de seus planos de saúde, são subsidiados pelo tesouro nacional por imposição da lei 9.249, do imposto de renda das pessoas jurídicas e assim custeada indiretamente pelos trabalhadores de baixa renda.

Quanto aos Fundos Financeiros capitalizáveis, recordemos que eles já existem em excesso; são fraudulentamente administrados; foram instituídos com as mesmas alegadas destinações do Fapi; são generosamente subsidiados pela renúncia fiscal, por isso contribuem para a perda de receita pública, desorganizando a administração pública e prejudicando a receita dos Estados e Municípios por não integrarem a base de cálculo dos Fundos de participação. Mais: alguns desses Fundos, sendo supostamente de propriedade de milhões de trabalhadores excluídos de sua gerência (como se pretende também para o Fapi), vem sendo escandalosamente dilapidados, em uma antevisão do que acontecerá com o indigitado Fapi.

Ai estão, como exemplo: 1) o FGTS, constituído por 8% de todos os salários pagos no país, acrescido de mais 40% da multa sobre o total das contas vinculadas, tungado por todos os governos, em todos os planos econômicos, saqueado por quadrilhas organizadas, cujo saldo total se

afirma, só existe nos registros contábeis, lesando os milhões de titulares das contas capitalizadas individualmente; 2) o PIS, que recolheu 10% da arrecadação do imposto de renda, ano a ano, desde sua implantação, em 1970, como forma de "participação dos trabalhadores nos lucros das empresas", a mesma promessa agora feita com o Fapi; 3) o FAS, que além de outras receitas, fica com 30% de toda a arrecadação dos jogos de azar bancados pelos governos federal e estaduais (sena, lotto, mega sena etc); 4) o Finsocial, que representava 0,5% de todo o faturamento efetuado. Isso para não falarmos do Fundo de Água e Esgotos; do Fundo de Recuperação da Marinha Mercante; do Fundo Rodoviário Nacional, das cotas individuais do Fundo 157 (iguais às previstas no art. 1º § 2º do Fapi), quase todas "comidas" pelas taxas de administração cobradas pelos bancos, que também vão cobrar as taxas de administração do Fapi (art. 3º, Inciso III do § 2º; do Fundo de Pensões das empresas estatais, obrigados por sucessivos governos a realizarem investimentos lesivos aos interesses de seus contribuintes, dentre tantos outros fundos.

Tão notórios antecedentes permitem a antevisão do que será mais esse Fundo, o Fapi. E, como já existem instituições de sobra com as mesmas finalidades alegadas para a sua criação quase clandestina, a conclusão lógica é a de que o objetivo do Fapi é o de ser utilizado como pé-de-cabra para a introdução do modelo mercantilista do Chile em substituição à previdência básica quando ocorrer o previsível fracasso da pro-

posta de reforma da previdência ora no Senado, a qual, percebe-se agora, não passe de "boi de piranha" para possibilitar a passagem tranquila do Fapi. As evidências de que esse é o objetivo não confessado do Fapi são muitas. Basta comparar e se verificar que o Fapi é uma cópia caricata da legislação chilena.

A propósito, é bom começar-se a desmitificação do decantado modelo chileno, apontado por fontes insuspeitas como uma panacéia, uma verdadeira cadeia de felicidade. Ele ainda não foi testado pois se encontra em fase de capitalização e o governo chileno é quem banca as aposentadorias e pensões em manutenção. Ele é excludente, de não participação, destituído do princípio de solidariedade social inerente ao regime de capitalização coletiva. Ele foi imposto pelo regime militar que, como prova de que não acreditava nele, manteve na previdência pública os membros das forças armadas e os carabineiros. Dessa forma, fundamentaram o modelo chileno no individualismo e no princípio da igualdade da revolução dos bichos, onde "todos são iguais mas alguns são mais iguais que os outros". No caso chileno, os mais iguais são os membros das forças armadas e os carabineiros. Acima de tudo, ele é a expressão do reacionarismo do Poder Militar, excludente, não participativo, divorciado das participações populares, a serviço do poder econômico, voraz e reacionário. É esse o modelo que o Fapi propõe para os trabalhadores. Um blefe.

Ruy Brito é ex-presidente do Diap e membro do Comitê Confederal da CMT

Balancetes Financeiros - Abril a Julho

Resumo do Relatório da Tesouraria

Abril de 1996

Saldo de Março:	R\$ 604.703,48
Contribuição Sócios	R\$ 69.930,92
Repasse Andes-SN	R\$ —
Contribuição Líquida	R\$ 69.930,92
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 65,32
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 11.934,50
1.4. Outros (Sintusp)	R\$ 6.395,38
Disponível	R\$ 693.029,60
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 25.347,32
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.300,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 5.378,76
2.5. Comunicação	R\$ 9.212,90
2.6. Eventos	R\$ 1.304,52
2.7. Outros (empréstimo Sintusp)	R\$ 6.197,97
Total Despesas	R\$ 4.874,47
Saldo de Abril	R\$ 644.288,13
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 599.575,10
3.2. Poupança	R\$ 42.009,73
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.901,64
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 801,66
Total do Ativo Financeiro	R\$ 644.288,13

Resumo do Relatório da Tesouraria

Maio de 1996

Saldo de Abril:	R\$ 644.288,13
Contribuição Sócios	R\$ 69.512,15
Repasse Andes-SN	R\$ 28.001,15
Contribuição Líquida	R\$ 41.511,00
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 3.447,91
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 11.301,89
1.4. Outros (Fórum das 6)	R\$ 1.389,99
Disponível	R\$ 57.650,99
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 23.547,88
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.900,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 6.131,73
2.5. Comunicação	R\$ 22.380,05
2.6. Eventos (Seminário)	R\$ 2.009,04
2.7. Outros	R\$ 2.767,81
Total Despesas	R\$ 58.736,51
Saldo de Maio	R\$ 643.202,41
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 598.216,93
3.2. Poupança	R\$ 42.427,16
3.3. Conta Corrente	R\$ 2.600,64
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.242,42
Total do Ativo Financeiro	R\$ 644.487,15

Resumo do Relatório da Tesouraria

Junho de 1996

Saldo de Maio:	R\$ 643.202,41
Contribuição Sócios	R\$ 74.755,87
Repasse Andes-SN	R\$ 13.902,43
Contribuição Líquida	R\$ 60.853,44
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ —
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 13.010,12
1.4. Outros	R\$ 6.909,12
Disponível	R\$ 80.772,68
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 38.349,11
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.650,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 8.995,16
2.5. Comunicação	R\$ 8.435,50
2.6. Eventos	R\$ 8.113,80
2.7. Outros (Matéria paga)	R\$ 56.902,31
Total Despesas	R\$ 122.445,88
Saldo de Junho	R\$ 601.529,21
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 543.329,20
3.2. Poupança	R\$ 22.768,46
3.3. Conta Corrente	R\$ 34.670,83
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.054,63
Total do Ativo Financeiro	R\$ 601.823,12

Resumo do Relatório da Tesouraria

Julho de 1996

Saldo de Junho:	R\$ 601.823,12
Contribuição Sócios	R\$ 74.844,56
Repasse Andes-SN	R\$ 15.137,81
Contribuição Líquida	R\$ 59.706,75
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 3.010,01
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 9.443,66
1.4. Outros (Sintusp, Fórum das 6)	R\$ 5.964,00
Disponível	R\$ 679.947,54
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 34.462,39
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.500,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 6.068,55
2.5. Comunicação	R\$ 19.616,34
2.6. Eventos (Seminário)	R\$ 4.901,90
2.7. Outros (Matéria paga)	R\$ 56.423,40
Total Despesas	R\$ 122.972,58
Saldo de Julho	R\$ 556.974,96
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 530.426,89
3.2. Poupança	R\$ 22.990,13
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.770,59
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.493,44
Total do Ativo Financeiro	R\$ 556.974,96

Balancetes Financeiros - Agosto a Novembro

Resumo do Relatório da Tesouraria

Agosto de 1996

Saldo de Julho:	R\$ 556.974,96
Contribuição Sócios	R\$ 74.810,18
Repassé Andes-SN	R\$ 14.968,91
Contribuição Líquida	R\$ 59.841,27
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 53,12
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 9.685,36
1.4. Outros (Sintusp, Fórum das 6)	R\$ 9.095,57
Disponível	R\$ 635.650,28
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 34.713,98
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.200,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 5.955,62
2.5. Comunicação	R\$ 11.584,55
2.6. Eventos (Coned)	R\$ 2.758,88
2.7. Outros	R\$ —
Total Despesas	R\$ 56.213,03
Saldo de Agosto	R\$ 579.437,25
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 553.287,26
3.2. Poupança	R\$ 23.191,72
3.3. Conta Corrente	R\$ 2.019,95
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.197,82
Total do Ativo Financeiro	R\$ 579.696,75

Resumo do Relatório da Tesouraria

Setembro de 1996

Saldo de Agosto:	R\$ 579.437,25
Contribuição Sócios	R\$ 74.744,13
Repassé Andes-SN	R\$ 14.962,03
Contribuição Líquida	R\$ 59.782,10
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 2.131,73
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 10.971,79
1.4. Outros (Sintusp, Fórum das 6)	R\$ 4.874,02
Disponível	R\$ 657.196,89
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 26.887,95
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.000,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 4.549,82
2.5. Comunicação	R\$ 16.296,04
2.6. Eventos (Seminário)	R\$ 1.630,58
2.7. Outros	R\$ —
Total Despesas	R\$ 50.364,39
Saldo de Setembro	R\$ 606.832,50
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 581.018,57
3.2. Poupança	R\$ 23.431,13
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.417,88
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 964,92
Total do Ativo Financeiro	R\$ 606.832,50

Resumo do Relatório da Tesouraria

Outubro de 1996

Saldo de Setembro:	R\$ 606.832,50
Contribuição Sócios	R\$ 74.528,86
Repassé Andes-SN	R\$ 14.948,83
Contribuição Líquida	R\$ 59.580,03
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 1.752,18
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 9.841,91
1.4. Outros (Fórum das 6)	R\$ 5.638,79
Disponível	R\$ 76.812,91
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 24.623,34
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.000,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 6.005,77
2.5. Comunicação	R\$ 2.500,84
2.6. Eventos	R\$ 4.273,88
2.7. Outros	R\$ 550,00
Total Despesas	R\$ 38.963,83
Saldo de Outubro	R\$ 644.691,58
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 636.089,37
3.2. Poupança	R\$ 6.489,29
3.3. Conta Corrente	R\$ 988,64
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.124,28
Total do Ativo Financeiro	R\$ 644.691,58

Resumo do Relatório da Tesouraria

Novembro de 1996

Saldo de Outubro:	R\$ 644.691,58
Contribuição Sócios	R\$ 74.613,56
Repassé Andes-SN	R\$ 14.905,77
Contribuição Líquida	R\$ 59.707,79
1. Receitas	
1.2. Prestação Serviços	R\$ 1.673,91
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 1.240,77
1.4. Outros	R\$ 4.854,55
Disponível	R\$ 712.458,60
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 31.258,66
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 850,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 4.136,77
2.5. Comunicação	R\$ 5.439,60
2.6. Eventos	R\$ 3.909,17
2.7. Outros (Comissão de Mobilização)	R\$ 825,00
Total Despesas	R\$ 46.419,20
Saldo de Novembro	R\$ 666.039,40
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 657.006,42
3.2. Poupança	R\$ 6.563,60
3.3. Conta Corrente	R\$ 2.217,84
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.153,74
Total do Ativo Financeiro	R\$ 666.941,60

Reitor apela para dispositivo da ditadura para investir contra a Adusp

O reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, apoiado no artigo 40, inciso I, letra b, da Lei de Imprensa –resquício da ditadura militar– representou junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) contra o presidente da Adusp, Marco A. Brinati. O reitor sentiu-se atingido pela matéria paga (em forma de publicidade) assinada pela Adusp e veiculada na *Folha de S. Paulo* em 15 de julho do ano passado.

O texto publicado na *Folha*, sob o título “Reitor da USP rompe compromisso”, mostra que, em junho daquele ano, na presença de cerca de 60 professores, Flávio Fava de Moraes comprometeu-se a reabrir negociações salariais e a rever o reajuste de data-base no dia 10 de julho, após aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias que, naquela ocasião, estava em tramitação na Assembleia Legislativa. Na data marcada, no entanto, o reitor não compareceu à reunião de negociação, rompendo o compromisso assumido diante dos cerca de 60 docentes da universidade. Fava, segundo representação encaminhada ao MP, sentiu-se ofendido pelo trecho da matéria que afirma: “o reitor, portanto, mentiu demonstrando seu descompromisso com o principal capital da USP: seus recursos humanos.

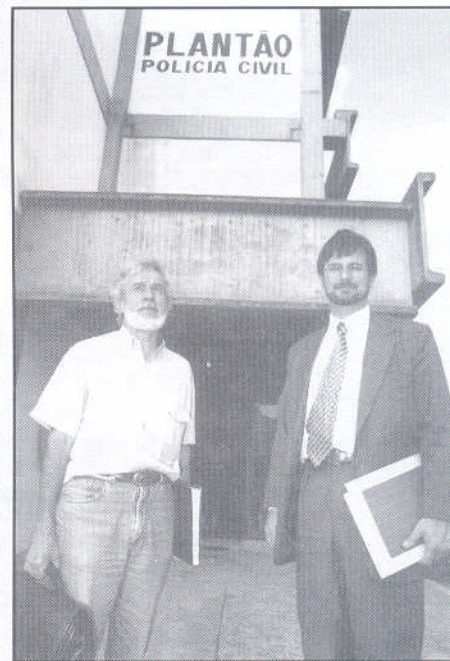
Por determinação do MP, o delegado titular da 93ª Delegacia de Polícia do Jaguare, José Celso Bastos Nogueira, instaurou inquérito e, em 4 de dezembro do ano passado, na sala da reitoria da USP, tomou o depoimen-

to do reitor Flávio Fava de Moraes. Em 18 de março último, o presidente da Adusp foi convocado ao 93º DP para prestar esclarecimentos e foi surpreendido com a intenção do delegado de indiciá-lo. Disse o delegado José Celso Bastos Nogueira que já havia juntado dados suficientes para o indiciamento do presidente da Adusp.

O advogado da Adusp, Eduardo Ramirez, mostrou ao delegado que Marco A. Brinati havia comparecido naquela delegacia para dar explicações acerca do texto e que, na verdade, como presidente de uma entidade sindical havia apenas cumprido decisão de assembleia. Além do mais, a assembleia havia indicado uma comissão para redigir o referido texto. Diante destes argumentos, o delegado abandonou, momentaneamente, a intenção de indiciar o presidente da Adusp. Marco Brinati relatou os fatos, solicitou que fossem anexados ao processo boletins da Adusp e do Fórum das Seis e indicou um conjunto de colegas que poderão confirmar que o reitor descumpriu compromisso assumido publicamente.

Na avaliação da diretoria da Adusp, o reitor da USP apega-se em uma lei oriunda do período militar (de 9 de fevereiro de 1967) para investir contra o sindicato dos docentes. Flávio Fava de Moraes age como o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando diz que peçam para esquecer o que ele escreveu. A diferença é que o reitor pede para esquecerem o que ele falou na presença de cerca de 60 docentes.

Marco Brinati presta depoimento no 93º DP. Fava de Moraes foi ouvido nas dependências da reitoria.



Repúdio

A assembleia da Adusp, reunida em 20 de março, aprovou moção de repúdio à atitude do reitor da USP por citar o presidente da entidade em representação junto ao MP. Além disso, exige da reitoria a imediata retirada da representação junto à Procuradoria Geral da Justiça.

A moção relembra os seguintes fatos ocorridos durante a última campanha de data-base:

- 1) No dia 11 de junho do ano passado um grupo de cerca de sessenta docentes da universidade foi recebido pelo Magnífico Reitor no saguão da reitoria. Nesta ocasião, os representantes da Adusp solicitaram ao Reitor a reabertura imediata das negociações salariais e a alteração do reajuste proposto;
- 2) Diante desta petição, o Magnífico Reitor afirmou não terem sido suspensas as ditas negociações;
- 3) Reinquerido a respeito, reiterou o Magnífico Reitor

já ter sido agendada uma nova reunião para o dia 10 de julho daquele ano, depois que a Assembleia Legislativa votasse a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997. Nesta reunião, ainda segundo o Magnífico Reitor, estaria na pauta a discussão do índice de reajuste salarial;

4) Mais uma vez indagado sobre o caráter da reunião –reunião técnica ou de negociação– reafirma o Reitor tratar-se de reunião de negociação.

5) Na data prevista para a dita reunião os reitores não compareceram. Portanto, o Magnífico Reitor descumpriu o compromisso verbal assumido perante os docentes.

Entidades repudiam Lei de Imprensa

No dia 14 de março, representantes de 60 entidades participaram, na AL, de um ato de repúdio à atual Lei de Imprensa. A Adusp foi representada por seu vice-presidente, Jair Borin. Aprovada pelo Congresso Nacional em pleno regime

militar, a Lei é um dos últimos entulhos autoritários existentes no país. Apesar da Constituição de 88 assegurar a mais ampla liberdade de expressão, a Lei vem sendo utilizada por certos setores para cercear a liberdade de manifestação.